

## Grupo de Pesquisa Pindoba: resiliência e o lugar acadêmico

### Luciene Dias

É doutora em Antropologia, mestra em Ciências do Ambiente, especialista em *Cultural Studies* e professora da Universidade Federal de Goiás, vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Performances Culturais. Dedicar-se a pesquisas e estudos com foco nas relações étnico-raciais e de gênero em interface com a Comunicação e a Antropologia.



**Negritude; Espaço  
Acadêmico; Ações  
Afirmativas;  
Comunicação**

**Resumo:** Desde a adoção de cotas na Universidade, verificamos uma circulação da diferença que nos provoca a reformular epistemologias e criar caminhos contrários ao que vem sendo chamado de epistemicídio. Conscientes de que é o epistemicídio que vem marcando historicamente a produção acadêmica e a elaboração do conhecimento, o que buscamos aqui, para além da estagnação deste processo, é a construção de um novo espaço acadêmico capaz de ler a interpelação transversal proposta pela categoria “raça” e outros marcadores sociais da diferença. Dessa forma, propomos um debruçar sobre o trabalho do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença, considerando este como um catalizador de narrativas afrodiaspóricas e potencial propositor de novas formas do fazer. Trazemos a experiência do Grupo e uma revisita bibliográfica para propor metodologias participativas de aprendizagem, sendo estas transgressoras no sentido de possibilitar a pluralidade e, conseqüentemente, o respeito às diferenças. Da completa inexistência da negritude na graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Goiás, chegamos à criação institucionalizada de um grupo de trabalho em ações afirmativas, com atuação concreta para alcançar visibilidade, afirmação e vida a pessoas negras que acessam este espaço, não sem vivenciar o conflito. Nosso pressuposto é o de que as políticas afirmativas somente conseguirão contemplar a diferença se contarem com acompanhamento e ações de permanência. Acreditamos ainda que o fortalecimento das narrativas contra-hegemônicas e a legitimação dos lugares de fala são estratégias eficazes no sentido de garantir a irreversibilidade da presença negra nas universidades.

### Pindoba research group, resilience and the academic place

**Blackness;  
Resilience;  
Academic Place;  
Affirmative Actions;  
Communication**

**Abstract:** From the quotas in the University, we see a circulation of difference that causes us to reformulate epistemologies and create paths contrary to what has been called epistemic death. This epistemic death marks historically the academic production and the elaboration of knowledge. Therefore, we seek to stagnate this death and construct a new academic space capable of reading the transversal interpellation proposed by the category "race" and other social markers of difference. Thus, we propose to look at the work of the Pindoba - Narratives of Difference Research Group, considering this as a catalyst for afro - diasporic narratives and potential proponents of new ways of doing. We bring the experience of the Group and a bibliographic review to propose participatory learning methodologies. Transgressive methodologies because they enable plurality and, consequently, respect for differences. We start from the complete absence of blackness in the undergraduate degree in Journalism at the Universidade Federal de Goiás and we come to the institutionalized creation of a working group on affirmative actions. We act to build visibility, affirmation and life for black people who access this space, not without experiencing the conflict. Our assumption is that affirmative policies will only be able to contemplate the difference if they count on follow-up and permanence actions. We also believe that the strengthening of counter-hegemonic narratives and the legitimation of the places of speech are effective strategies to ensure the irreversibility of the black people presence in universities.



Envio: 24/05/2019 ◆ Aceite: 06/08/2019

## INTRODUÇÃO

Os conceitos que atravessam o presente artigo estão ancorados em categorias de análise acessadas durante pesquisa com as mulheres quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. Foi neste momento que acionamos compreensões importantes que repercutem na forma como atua o grupo de pesquisa aqui analisado e é partir desta etnografia que buscamos aqui apresentar o trabalho que desenvolvemos na Universidade Federal de Goiás.

Para chegar ao coco babaçu, as mulheres precisam entrar em muitos latifúndios. Conforme relato de Raimunda Gomes da Silva, quebradeira de coco babaçu e interlocutora da pesquisa de campo, “o babaçu nunca ninguém plantou” (DIAS, 2011, p. 57) e então deveria ser de todo mundo. Mas a terra tem dono, e tem lei que diz isso no Brasil desde 1750, quando foi criada a Lei de Terras. Como quem tem terra não quer o coco, as mulheres quebradeiras de coco entram, se “embrenham na mata” (DIAS, 2011, p. 57), como costumam dizer. Mas essa entrada não fica impune, o vaqueiro arma o laço, joga contra as quebradeiras, atíça o cavalo e rompe o outro lado da cerca, expulsando com violência as mulheres para proteger as terras do patrão. A violência é tão grande que elas ficam dias em casa, quietas, esperando o melhor momento para voltar e quebrar o coco. Resiliente, Raimunda explica sua força dizendo: “nós enverga, mas não quebra” (DIAS, 2011, p. 57). As mulheres quebradeiras de coco reconhecem como ninguém as pindobas no campo.

Em uma economia de mercado, os babaçuais são empecilho para o pasto e/ou a monocultura. Desta forma, uma atitude-padrão entre latifundiários é atear fogo nos babaçuais para impedir a entrada das mulheres quebradeiras de coco. A aparência de morte se estabelece na vastidão que se torna cinza na cor, no cheiro e na aparência. A vida concentrada na semente adquire a forma da morte, uma crosta que não permite a ousadia de dizer que dali pode brotar vida. Mas basta uma pequena chuva e o aspecto do espaço devastado se reconfigura. A crosta se abre e milhares de brotos, palmeirinhas jovens, aparecem e esverdeiam tudo. O cheiro de folha verde toma conta do espaço e os olhos de quem acessa o ambiente se enche de vida. São as pindobas existindo.

Para melhor compreender o que são pindobas, e extrapolar a percepção botânica e ambientalista, fazemos referência à ave mitológica Fênix que, após viver por 300 anos, entrega-se a um braseiro e se deixa arder em chamas para, posteriormente, renascer das próprias cinzas. Este pássaro fabuloso capaz de transformar-se em fogo também possui enorme força e resistência, mas sua marca de reconhecimento é a capacidade de renascer do que parecia unicamente a morte. A mitológica Fênix nos inspira para a poesia, a literatura e os aconselhamentos. A Fênix também pode ser lida como uma representação da resiliência.

É possível associar ainda a pindoba a um dos ideogramas do sistema de escrita Adinkra Axântis, utilizado pelos povos Akan, da África Central. O Sankofa pode ser encontrado na representação de um pássaro com a cabeça voltada para trás pegando um ovo de suas costas. Este ideograma é encontrado também no formato de coração estilizado, sendo muito procurado por quem busca força vital e capacidade de superação. Considerando-se a impossibilidade da tradução, mas reconhecendo sua necessidade inegável, Sankofa, Fênix e Pindoba são esta capacidade de voltar o olhar para trás e buscar algo que é nosso, mas que foi usurpado ou esquecido. Resiliência!

Por resiliência acordamos, assim, a capacidade de regeneração que marca determinados corpos após serem expostos a uma grande tensão ou impacto. Resilientes são os babaçuais que, depois de uma queimada, renascem mais fortes e garantem a vida das populações extrativistas do extremo norte do Brasil. Pindobas são a manifestação de vida após um golpe que parecia fatal e contra o qual não foi possível a reação imediata. Muito presente em estudos ambientais, o termo resiliência aparece também na física, na psicologia e no meio empresarial, sendo que se relaciona às noções de sucesso e capacidade de adaptação às normas sociais. A palavra possui duas origens etimológicas: do latim *resiliens* significa saltar para trás, voltar, ser impelido, recuar, encolher-se, romper; do inglês *resilient* remete à ideia de elasticidade e capacidade rápida de recuperação (DIAS, 2011).

Ampliar o espaço para a proliferação da vida em sua pluralidade, eliminando agentes de violência, usurpação e morte. Eis uma possível categorização do que seja pindoba. Trata-se de uma compreensão de resiliência que não tem ligação com o reviver do que foi, mas sim com a nova vida que nasce após a experiência do que seria a morte. Feita a apreensão desta categoria ainda em dissertação de mestrado com quebradeiras de coco babaçu no extremo

norte do estado do Tocantins, criamos, em dezembro de 2012, e agora no contexto da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), o Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença.

O grande motivador para a criação do Pindoba foi o desejo de pensar nossos corpos interseccionados por elementos de raça/etnia, classe, gênero e outros marcadores sociais da diferença transitando por um espaço acadêmico profundamente orientado pelo racismo, machismo, lgbtphobia, preconceitos e outras normatividades hegemônicas. Produzir ciência a partir da interseccionalidade que nos marca, sem estratificar dores ou opressões e considerando especificidades contra-hegemônicas, foi o grande desafio e esperança. O saldo *a priori*, nos possibilita afirmar que o Pindoba aglutina hoje pesquisas, estudos e apoios mútuos em níveis de graduação, mestrado e doutorado.

Neste ponto, vale a pena frisar que a interseccionalidade, a partir dos escritos de Kimberlé Crenshaw (1991), abrange três dimensões, sendo: a) a interseccionalidade estrutural, que considera a diferença entre a experiência real de mulheres não-brancas e brancas quando marcadores de gênero e raça se entrelaçam; b) a interseccionalidade política, quando políticas de identidades isoladas contribuem para a opressão; c) a interseccionalidade representacional, que traz a cultura popular como fonte de poder para romper com os silenciamentos identitários. Sendo assim, interseccionalidade denota as diversas formas pelas quais os marcadores sociais da diferença interagem para moldar as múltiplas dimensões da experiência. Destacando que diferentes corpos têm necessariamente diferentes experiências.

A concepção do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença está orientada pela perspectiva das narrativas, uma vez que neste espaço desenvolvemos estudos e pesquisas a partir de diferentes plataformas dentro de uma escola de comunicação e, mais recentemente, em diálogo com as performances culturais. Nosso trabalho busca, nas interseccionalidades de gênero, classe, raça/etnia, sexualidades e geração, lançar mão da comunicação enquanto técnica, teoria e metodologia. Pretendemos neste texto, apresentar o Pindoba desde a sua constituição e experiências, até sua proposta de atuação frente às demandas relacionadas à política de adoção de cotas raciais na UFG<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A UFG adota cotas na graduação desde a criação do programa UFGInclui, aprovado em 2008 e que teve vigência a partir de 2009. O UFGInclui previa ações de inclusão e permanência de estudantes negros/as, indígenas, quilombolas e/ou oriundos de escolas públicas na Instituição. Além de medidas a serem adotadas antes do ingresso – como a atuação junto ao ensino básico

Enquanto caminhos metodológicos para a presente abordagem, propomos a análise documental e a pesquisa bibliográfica, além do acionamento da memória pelo pertencimento, o que toca na experiência enquanto elemento passível de ser acionado para a elaboração do conhecimento. A trajetória construída pelo Pindoba, desde a sua criação até as ações contemporâneas, provoca reflexões acerca da consolidação, fortalecimento e ampliação das políticas de cotas e de permanência, bem como o necessário e urgente acompanhamento. Nosso referencial teórico aqui apresentado traz conceitos sobre comunicação, diferença e relações étnico-raciais no âmbito do ensino superior, bem como categorias importantes para pensar essa complexidade. Toda a discussão é atravessada por questões de gênero, racismo e outros preconceitos que ganharam palco após o advento das ações afirmativas. Buscamos ainda fortalecer a interseccionalidade enquanto categoria capaz de alcançar a complexidade que marca hoje os corpos que transitam pelas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

### **Problematizando categorias e conceitos**

De acordo com Martino (2016), é na agência do simbólico que se forma o que chamamos de espaço comum onde são gerados vínculos comunicacionais. Equivale dizer que é exatamente na diversidade que os espaços simbólicos são compartilhados, sendo que isso favorece a articulação necessária entre Comunicação e Diferença. Complexificar processos comunicacionais, considerando marcadores sociais da diferença, nos aproxima da defesa da interseccionalidade enquanto categoria de análise capaz de “dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro vivida através do gênero e da raça” (BAIRROS, 1995, p. 459). Por isso, tomamos emprestada a perspectiva dos Estudos Culturais, para quem as identidades são sempre relacionais (SILVA, 2000).

Apostamos no avanço da discussão como estratégia para a afirmação de que a alteridade que tem como orientação um Outro pensado como inferior não passa de uma

---

– e após o ingresso – como a ampliação dos serviços de assistência estudantil –, o programa previa a reserva de 10% das suas vagas para estudantes de escolas públicas e 10% para pessoas negras egressas de escola pública passíveis de sofrer racismo. O programa previa ainda o acréscimo de 1 vaga em cada curso para indígenas e 1 outra vaga para quilombolas, sempre que existisse a demanda. Na segunda etapa do programa, a reserva para negros/as e estudantes de escola pública passou a ser de 20%. Com a aprovação da Lei Federal 12.711/2012, que instituiu cotas para ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, a UFG se adequou à nova legislação e o UFGInclui passou a atender apenas estudantes indígenas e quilombolas.

estratégia colonizadora para que o eu hegemônico se mantenha nos espaços de produção de sentidos. Assim é que os grupos inferiorizados historicamente são lidos como diferentes e, por isso, passíveis de acionamento de políticas afirmativas. Mesmo com essa compreensão, nossa proposta é convergente com o princípio freireano da tomada da palavra para que alcancemos a dialogicidade nos processos comunicacionais. Esta tomada da palavra conduz à transformação de um mundo que invariavelmente “se volta problematizado aos sujeitos pronunciadores” (FREIRE, 2005, p. 90), ou seja, nossas ações apresentam consequências que demandam acompanhamento.

O movimento de sincronizar conhecimentos práticos, teorias e epistemologias nos agencia para este acompanhamento das políticas afirmativas e a comunicação se torna essencial neste processo, a considerar o seu caráter interdisciplinar. A chamada inter-poli-transdisciplinaridade (MORIN, 2003) pode propiciar a lida com a ciência sem ignorar a sensibilidade e a estética, além de pensar sempre de forma propositiva, elaborando epistemologias sim, mas para a vida. Paulo Freire nos mostra que epistemologias são emergidas e orientadas para a *práxis*, daí que “unir em uma única reflexão estes pontos do pensar-fazer comunicacional torna-se urgente e necessário” (DIAS, 2014, p. 332). A comunicação, e em seu sentido mais *stricto* o diálogo, é a expressão do que chamamos de representação, texto, linguagem, conhecimento enfim. Também por isso investir na sua compreensão pode conduzir a uma vida pela diferença.

A diferença trabalhada pelo Pindoba apresenta distanciamento estratégico do vínculo com a noção de diversidade, porque “parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença” (SILVA, 2000, p. 73). Em nossos trabalhos, apostamos em uma pedagogia que celebre a identidade e a diferença localizando-nos “pelo que somos e não pelo que não somos” (DIAS, 2014, p. 332). Como não trabalhamos com conceitos isolados, nossa busca é marcada pelo agrupamento e estabelecimento de relações, reconhecendo a diferença neste processo complexo e demorado.

Ainda na discussão acerca da diferença, lançamos mão da etnicidade conforme proposta por Manuela Carneiro da Cunha (2009), uma vez que esta auxilia na compreensão das situações sociais como uma forma de organização política. Por esta compreensão, a cultura

se torna dinâmica e em constante reelaboração, nos habilitando a formular ideias mais complexas e organizá-las em diferentes sistemas classificatórios. Se concordamos com Santos (1999, p. 44) quando este afirma que “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”, a busca pela diferença tende a oscilar entre a estabilização e a transgressão. Assim é que o Pindoba busca fortalecer, e muitas vezes fazer perceptíveis, agência e política dos processos invisibilizados, inferiorizados ou descaracterizados ao longo da trajetória histórica.

O ato de comunicar concretiza-se nas relações. Essa comunicação pode se manifestar de diversas formas: verbais e não verbais; mediadas ou face a face; entre um ou mais ouvintes e falantes em um mesmo contexto e que manifestam interesses comuns. De acordo com Paulo Freire, a comunicação “exige que os sujeitos interlocutores incidam sua admiração sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos linguísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação” (1983, p. 47). Esta forma de compreender o ato de comunicar evidencia que comunicação implica necessariamente em reciprocidade e compreensão de alteridade.

Assim é que o estabelecimento de um vínculo comunicacional, conforme Martino (2016), se dá quando algo é efetivamente compartilhado com o outro. Na medida em que se abrem espaços de diálogo na universidade, nos deparamos com o desafio de propor uma comunicação realizada por sujeitos que, historicamente, estão à margem da sociedade. Tal experiência possibilita a afirmação de que estar na universidade, para muitas pessoas, é uma ação transgressora, no sentido de ocupar espaços negligenciados sistematicamente e, portanto, praticamente impossíveis de serem vislumbrados. Vale ressaltar que após o advento das cotas nas universidades brasileiras essa discussão se complexifica, uma vez que hoje é possível notar presenças negras e indígenas na graduação, mas esta presença é negligenciada na pós-graduação, na docência e na pesquisa.

Provocar a reflexão sobre a comunicação entre sujeitos que estão no que pode ser chamado de não-lugar, a universidade, com outros sujeitos que tiveram como normativa social o espaço universitário como o lugar naturalmente alcançado é desafiador. Neste exercício, o que buscamos é a escuta de sujeitos que, em sua maioria, jamais refletiram ou

discutiram seus privilégios, ao mesmo tempo em que propomos o exercício da fala por pessoas de quem foi retirado o pertencimento a este lugar, a universidade.

Cada grupo fala a partir do seu próprio ponto de vista e compartilha seu próprio conhecimento parcial, situado. Mas uma vez que cada grupo percebe sua própria verdade como parcial, seu conhecimento é inconcluso. Cada grupo se transforma no mais capacitado para considerar os pontos de vista de outros grupos sem renunciar a singularidade de seu próprio ponto de vista ou as perspectivas parciais de outros grupos. Parcialidade e não universalidade é a condição para ser ouvido. Os grupos que transmitem reivindicações de conhecimento sem possuir sua posição são menos credíveis do que aqueles que o fazem. (COLLINS, 2000, p. 270, *tradução nossa*)<sup>4</sup>

Grupos que se diferem a partir das experiências passam a conviver, sendo que esta convivência acaba por trazer à superfície pertencimentos diversos e, muitas vezes, não compreendidos. Os grupos subalternizados historicamente ingressam na universidade carregando vivências e conhecimentos até então tratados pelo universo de produção do conhecimento acadêmico como objetos. Muitas vezes, estes grupos dominam saberes que não são reconhecidos academicamente e alcançar estes saberes, legitimá-los e reconhecer seus métodos é tarefa para quem se propõe pensar a diferença.

Nossa busca, enquanto coletivo de pesquisa no espaço acadêmico, é por problematizar a possibilidade de lançar mão de outras epistemologias. Neste exercício contra o epistemicídio, reivindicamos o que Collins (2000) conceitua como “conhecimento alternativo”, que conduz a comunicação efetiva entre diferentes realidades trazidas por sujeitos que estão nas periferias do discurso construído por outros sujeitos legitimados pelo

---

<sup>4</sup> Do original: “groups with distinctive standpoints, with each group using the epistemological approaches growing from its unique standpoint, become the most “objective” truths. Each group speaks from its own standpoint and shares its own partial, situated knowledge. But because each group perceives its own truth as partial, its knowledge is unfinished. Each group becomes better able to consider other groups’ standpoints without relinquishing the uniqueness of its own standpoint or suppressing other groups’ partial perspectives. Partiality, and not universality, is the condition of being heard; individuals and groups forwarding knowledge claims without owning their position are deemed less credible than those who do.”

saber científico. A diferença tratada aqui está diretamente relacionada à presença de estudantes negras e negros na universidade, a partir da implementação das cotas raciais.

Encaramos as políticas de ações afirmativas como um grande avanço para o sistema educacional ao passo que negam os discursos galgados em uma falsa democracia racial, possibilitando de fato o direito à universidade para os grupos subalternizados historicamente. Contudo, não podemos fechar os olhos para a necessária e urgente mudança do pensamento hegemônico, que hierarquiza culturas e saberes, provocando o epistemicídio. Neste sentido, concordamos mais uma vez com Paulo Freire, quando este aponta que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (1983, p. 46).

Entendemos que o propósito de comunicar está relacionado à ruptura com o isolamento entre sujeitos distintos. Para que este encontro ocorra é preciso questionar padrões naturalizados que se estabelecem a partir de construções discursivas preconceituosas, racistas e sexistas, uma vez que são estas construções que legitimam os espaços de poder. Trata-se de lugares ocupados *a priori* por representantes de uma hegemonia branca e heteronormativa, que orienta seu pensamento e suas ações a partir de valores que não refletem a diversidade presente na universidade, impedindo a desconstrução de atitudes excludentes.

A comunicação aqui buscada é a que inscreve a presença de sujeitos historicamente submetidos a condições de subalternidade. Acreditamos que a fala destas pessoas na universidade tem o potencial de fazer emergir novos paradigmas que contemplem a auto-representação, as trocas simbólicas. Estas falas também refletem velhas práticas e conceitos abordados como possibilidade única, mas a partir de outro ponto de vista.

Atuamos na universidade compreendendo que a escola “afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui” (LOURO, 2014, p. 62), com a intenção de transformar este espaço. Segundo a autora, a escola utiliza-se de códigos para instituir e separar o que cada um pode fazer, além de informar os modelos a serem seguidos. Mas aqui, propomos que estando neste espaço escolar, somos nós, pelo que somos, que passamos a pensar e repensar tais modelos, daí a necessidade do fortalecimento para transformá-los no sentido de romper com o epistemicídio.

## **Grupo de Pesquisa Pindoba: constituição e ações**

Para além do reconhecimento do espaço escolar como um ambiente profícuo para a ação do racismo, é fundamental provocar o interesse no sentido de discuti-lo e enfrentá-lo. Para Eliane Cavalleiro (2001), uma leitura superficial deste espaço nos leva a crer que este seja um ambiente de harmonia entre adultos, crianças e adolescentes, bem como entre pessoas brancas e negras. Ela destaca que a partir da nossa entrada neste espaço, percebemos uma imensa contradição que perpassa todo o processo, desde a falta de representação da pessoa negra em livros e materiais didáticos, por exemplo, até a ausência completa e absoluta de representatividade. Neste movimento marcado pelo epistemicídio, afirmamos que a educação é parte do imenso arcabouço de negação de cidadania aos diferentes e propomos, dentro do ambiente acadêmico, ações que rompam com este círculo criminoso.

Atuante desde março de 2011 o Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença é resultado do diálogo entre docentes e discentes que perseguiram o propósito de, a partir da perspectiva do jornalismo compartilhado, fortalecer a pesquisa na Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Para qualificar a discussão, uma professora, um professor e uma colaboradora do curso de Jornalismo da UFG participaram do Curso de Extensão Pedagogia Griô e Produção Partilhada do Conhecimento, realizado entre 5 e 9 de dezembro de 2012, na Universidade de São Paulo. Esta participação evidenciou a necessidade da institucionalização, na UFG, de um grupo que se propusesse a trazer esta perspectiva para a discussão e pesquisa. O curso em São Paulo foi organizado pela equipe de professores da Pós-Graduação Humanidades, Direito e Legitimidades, localizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, mas a perspectiva Griô teve suas primeiras discussões no Brasil implementadas ainda em 2004, com a Ação Griô, em Lençóis (BA).

Um conceito importante para pensar o Pindoba foi o de abjeção e a forma como seres considerados abjetos passaram a ocupar o espaço acadêmico passados mais de dez anos da implementação de cotas nas universidades brasileiras. Para Miskolci (2015), o abjeto é algo pelo que as demais pessoas sentem horror ou repulsa, como se fosse impuro ou poluidor, a ponto de o contato ser negado para se evitar o contágio. Enfrentar e combater esse modelo

de educação que hierarquiza e categoriza corpos como abjetos é possível a partir da reflexão sobre marcadores sociais da diferença presentes na escola. Essa compreensão nos desperta para o empenho quanto à desconstrução do projeto político de nação estudado por Miskolci (2012) e que alcança também a instituições de ensino.

Com o fortalecimento das discussões coletivas, o Pindoba organizou, em setembro de 2013, o I Colóquio Jornalismo e Diferença da FIC-UFG, com o objetivo de reunir e ouvir os estudantes que ingressaram no curso pelo UFGInclui. Após quatro anos de implantação do programa, essa foi a primeira vez que ocorreu uma ação específica para os estudantes cotistas no curso de Jornalismo. Um representante da então Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom) da UFG esteve presente para expor as possibilidades de bolsas e auxílios oferecidos pela universidade. Na ocasião, constituiu-se uma plenária que, a partir das demandas dos alunos, resultou em um documento para a elaboração de políticas de acompanhamento que garantissem a formação de profissionais completos e preparados para lidar com as diferenças. O documento foi entregue à coordenação do curso de Jornalismo e apresentado no Seminário Programa UFGInclui 2013, evento anual criado pela UFG, aberto a toda a comunidade universitária, para promover discussões e divulgar o programa.

O I Colóquio Jornalismo e Diferença da FIC-UFG reuniu 12 estudantes cotistas que ingressaram no curso de Jornalismo da UFG entre 2009 e 2012. O encontro contou com a presença de representantes da primeira turma de cotistas da Universidade e também ingressantes mais contemporâneos ao evento, o que provocou uma amplitude significativa na apresentação de demandas de acompanhamento e permanência. No entanto, o que as demandas e problemas apresentados por esses estudantes sintetizam é que as dificuldades que os novos estudantes enfrentam são as mesmas que os veteranos da primeira turma de cotistas enfrentaram durante a graduação.

A impressão geral demonstrada pelos participantes é de que o curso não se movimenta no sentido de tratar esses estudantes a partir de suas diferenças e especificidades. Pelo contrário, a Unidade promove uma “uniformização” que desconsidera as especificidades que os cotistas possuem em decorrência da má qualidade do ensino que receberam na escola pública, o baixo acesso aos aparelhos sociais de cidadania, e as dificuldades que eles podem enfrentar em um mercado de trabalho racista.

De acordo com os participantes do Colóquio, o curso de Jornalismo não consegue solucionar o *déficit* que os graduandos possuem na área de gramática, considerando que a boa escrita é um fator central para a qualidade do trabalho jornalístico. E por boa escrita, o Jornalismo compreende a gramática normativa. Um exemplo é um estudante que cursou o ensino médio em escola pública e que, segundo seu relato, pela incapacidade de a instituição manter um professor de português, a turma ficou prejudicada pelas constantes trocas e pelos intervalos entre essas trocas. Ao ingressar no curso de Jornalismo, o aluno disse ter percebido que a disciplina de língua portuguesa oferecida pelo currículo não é suficiente para sanar as deficiências que ele possuía. Sobre este problema, os participantes do Colóquio foram uníssonos ao afirmar que a melhor solução seria a criação de um sistema de tutoria em língua portuguesa e grupos de estudo e leitura dirigida no curso de Jornalismo.

O desejo por uma tutoria que ajustasse os estudantes ao sistema universitário, pelas palavras utilizadas pelas próprias pessoas que participaram da atividade, mostra que as relações sociais do contexto escolar são marcadas por um tipo de violência simbólica capaz de dizer quais são os corpos normais e aptos a estarem no sistema e quais são os diferentes. São várias violências que acabam por formatar um desejo de nação, conforme coloca Miskolci (2012), que consiste no projeto político da elite brasileira. O desejo de nação buscado é sintetizado como “um projeto político autoritário conduzido por homens de elite visando criar uma população futura, branca e superior à da época, por meio de um ideal que hoje caracterizaríamos como reprodutivo, branco e heterossexual” (MISKOLCI, 2012, p. 50).

Também foi comum entre os participantes, a reclamação de que os professores do curso de Jornalismo não sabem quem são os cotistas e não entendem que a presença destes estudantes promove uma reconfiguração no espaço acadêmico. Uma estudante relatou ter vivenciado situações em sala de aula em que o professor e os demais alunos comentavam sobre o sistema de cotas como se essa fosse uma realidade de outras universidades, não daquela turma. Cotistas negras reclamaram que as disciplinas voltadas para o telejornalismo reforçam estereótipos que as excluem, uma vez que condicionava seu sucesso nas avaliações a partir da adesão a um padrão global de estética eurocêntrica.

Notamos que, ao invés de se adaptar à nova configuração com a presença de estudantes egressos de escolas públicas e negros, alguns docentes e técnicos administrativos em

educação continuam se comportando como se não houvesse um programa de ações afirmativas na Universidade. Trabalham no sentido de padronizar ações e reações, ignorando a diversidade e, conseqüentemente, não respeitando as diferenças.

Neste ponto, sugerimos que no campo das relações sociais, é fundamental reconhecer que as coletividades são acionadas a partir de pertencimentos étnico-raciais, socioeconômicos e de gênero, além de outros fatores. Após este reconhecimento, a formação de “comunidades de aprendizado” (HOOKS, 2013) conduz a um movimento crescente e definitivo de afirmação identitária e autorreconhecimento. Trabalhando especialmente a experiência de mulheres negras, Luíza Bairros nos ajuda a ampliar o sentido de pertencimento quando complexifica a “[...] experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça)” (1995, p. 459). Por isso, os sujeitos devem tomar a palavra e estabelecer o ato comunicativo pela experiência. Contar nossas próprias histórias fortalece a comunidade de aprendizado e reescreve a história.

Ainda no Colóquio houve a reclamação do foco muito concentrado, durante a graduação em Jornalismo, em disciplinas técnicas e a pouca dedicação a disciplinas em que a bagagem cultural seja considerada legítima tanto quanto o conhecimento técnico. Para a grande maioria da comunidade estudantil participante, o Laboratório de WebTV Magnífica Mundi tem sido o refúgio de quem procura outras alternativas que não sejam os meios de comunicação convencionais, ou os chamados jornais de referência. Como possível solução para este problema, os estudantes solicitam, no documento resultante da plenária, a liberdade de sugerir temas para disciplinas com ementa aberta, como as de Seminário Temático, Laboratório Orientado e Jornalismo Especializado.

A forma como estudantes de graduação manifestam o desejo de interferir na própria matriz de formação em Jornalismo se mostra como uma construção de narrativas que podem ser chamadas antirracistas, uma vez que estão dispostas a compreender o contexto no qual os falantes estão inseridos, bem como suas origens histórico-culturais, como um caminho para a construção do ato narrativo entre grupos historicamente subalternizados. Provocando a discussão a partir de Conceição Evaristo, quando fala da literatura negra, percebemos que “há um comprometimento entre o fazer literário do escritor nessa experiência pessoal, singular, única, ele se faz enunciar enunciando essa vivência negra, marcando ideologicamente o seu

espaço, a sua presença, a sua escolha por uma fala afirmativa” (2010, p. 136). Esta existência conduz à criação de espaços de escuta e fala, ampliando suas possibilidades de questionar e transformar contextos.

Também foi apresentada como proposta, durante a realização do I Colóquio, a elaboração de um evento de acolhida aos novos cotistas, a ser realizado na primeira semana de aula, quando entram novas turmas. Destacamos aqui que a entrada no curso de Jornalismo acontece anualmente, portanto este evento de acolhida seria anual. Os participantes concluíram que esse evento de recepção deve ter a presença de um representante da Reitoria, que deverá apresentar as políticas de permanência e acompanhamento, pois muitos relataram ter tido dificuldades em conseguir acesso a informações sobre bolsas e outras formas de manter-se na universidade.

A percepção da necessidade da fala institucional por parte das pessoas participantes do Colóquio nos possibilita afirmar que as próprias mudanças socioespaciais que a UFG viveu demandam hoje a institucionalização das instâncias de discussão sobre a diferença e as ações afirmativas e mostra que as políticas não estão prontas e acabadas. Esta institucionalização pode lançar mão da interseccionalidade enquanto categoria de análise que busca alcançar a não dissociação das questões de raça, classe, sexualidade e gênero, além da pessoa com deficiência e determinantes geracionais. Os corpos existem e transitam, ou não, pelo que são, mas a forma como as instituições tomam as decisões pode provocar maior ou menor potencial de enfrentamento na elaboração das políticas afirmativas. Ao percebermos as questões de forma interseccionada, nos dispomos a lidar com o sujeito social como um todo, reverberando na busca pela plenitude, o que não significa ausência de conflitos.

Em função da falta de incentivo para as produções científicas, também foi definido que, entre as atividades de acolhida, devem ser apresentados os grupos de pesquisa da Faculdade. A plenária também identificou a necessidade de medidas de conscientização acerca das ações afirmativas. Desconhecer a própria condição de cotista é um elemento que pode levar a um sentimento de inferioridade, considerando que vivemos em uma sociedade que ainda justifica a falta de oportunidades com argumentos meritocráticos. As ações de conscientização podem ser consideradas um instrumento de correção de distorções e preconceitos que existem no

debate sobre as cotas, além de significar uma mudança na relação do curso de Jornalismo com as diferenças.

Desde então, o Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença vem trabalhando em estudos e pesquisas que possam contribuir para trazer à superfície da discussão da FIC a necessidade das ações afirmativas. Aqui vale destacar que o Grupo de Estudos do Pindoba funcionou com reuniões quinzenais nos anos de 2014 e 2015, sendo registrada uma dispersão dos membros em 2016, talvez em função da sazonalidade entre discentes, uma vez que pessoas centrais nessa construção colaram grau. De todo modo, um dos resultados dessas ações foi a garantia de integração à decisão tomada pela Direção da Unidade de instituir, no início de 2017, o Grupo de Trabalho em Ações Afirmativas – GTAA da FIC-UFG. Desde a criação do GT, por força da portaria nº 15, de 05 de abril de 2017, que um grupo de 11 pessoas, entre docentes, técnicos administrativos em educação e discentes de graduação e pós-graduação, vem se dedicando à construção das políticas de ação afirmativa para esta Unidade de Ensino da UFG.

Fortalecido pelo Grupo de Trabalho, o Pindoba realizou em agosto de 2017 o II Colóquio Comunicação e Diferença da FIC-UFG. Na ocasião, a atividade já contou com a participação representativa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e conseguimos garantir a presença de egressos da UFG para trazer a discussão acerca do mercado de trabalho para o debate. Dessa forma, o evento contou com a presença de docentes, discentes de graduação e pós-graduação, representantes técnico-administrativos e egressos da UFG. Seguindo a tendência verificada na primeira edição, o momento serviu para a troca de experiências e a elaboração de propostas com vistas a melhorar a qualidade de vida na universidade.

As propostas foram sintetizadas em documento, assinadas pelo Pindoba e pelo GTAA da FIC, e adensadas ao rol de solicitações encaminhadas à Direção da Unidade Acadêmica. De acordo com relatos das pessoas que participaram desta segunda edição, o que houve de mais gratificante foram as trocas de experiência e o cuidado, o que reorienta a perspectiva imposta aos ambientes acadêmicos, marcados pela produção acelerada e presumivelmente isenta de conhecimento.

Dessa forma, o que orienta o grupo aqui proposto e estudado é o reconhecimento de que educadoras, instituições de ensino e sociedade em geral têm a marca da diversidade. São

as diferenças que nos aproximam e, por isso, não podemos caminhar no sentido de homogeneizar teorias, metodologias e educação. Nossa busca é pela conquista de cidadania e “a construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais” (GOMES, 2001, p. 87). Ou seja, a educação formal, marcadamente através de seus núcleos e grupos de estudo e pesquisa, deve ser uma via de construção positiva e afirmadas das identidades lidas como diferentes.

### **Considerações finais**

A criação de políticas afirmativas na FIC-UFG é uma demanda que começa a aparecer com a adoção de cotas pela UFG e o consequente trânsito de pessoas de diferentes pertencimentos nesta Unidade de Ensino. O Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença está empenhado em contribuir no processo de elaboração e consolidação desta política, tanto fazendo-se presente no Grupo de Trabalho em Ações Afirmativas da FIC quanto mobilizando-se cotidianamente pelos estudos, pesquisas e debates. Ao retomar a perspectiva da resiliência, podemos afirmar que a universidade recebe há quase uma década agentes de construção social que foram silenciados e invisibilizados por séculos e que, agora, têm o desafio de orientar novos rumos para essa estrutura.

As ações afirmativas são importantes em um contexto em que determinados grupos são excluídos por causa de sua condição de desvantagem ou discriminação. No entanto, já é possível prever que elas precisam de mecanismos fortes de acompanhamento. Não basta democratizar o processo de entrada, é preciso que as instituições de ensino se adequem à nova realidade e promovam ações com vistas a garantir acompanhamento para uma presença qualificada.

O entendimento que nos conduz a pensar ações afirmativas a partir do Pindoba, corrobora com a compreensão de que a escola deve funcionar como um instrumento democrático para o fomento do respeito às diferenças. Reforçando que o conceito de diferença está ligado, conforme Miskolci (2015), à ideia do reconhecimento como transformação social e das relações de poder. Por isso, fazemos a defesa de que o trabalho desenvolvido até aqui funciona como uma via pedagógica orientada para a desconstrução da lógica patriarcal e racista na universidade.

Os corpos que transitam pelo espaço acadêmico não sobreviverão pelo que são, caso mantenhamos este ambiente como reprodutor da obediência a um modelo de educação que silencia e invisibiliza. Corpos transgressores são os que colocam em suspensão tudo o que é normativo e que desestabilizam os modelos hegemônicos. Acreditamos que os corpos de mulheres, pessoas negras,

lgbt, com deficiência e indígenas são necessários para que haja uma ruptura com as práticas sociais da abjeção.

Compreendendo que é nas relações que se concretiza o ato de comunicar e que esta tem variadas formas de manifestar-se, percebemos que a partir do posicionamento dos sujeitos interlocutores sobre os interesses comuns é possível fortalecer a própria elaboração do conhecimento e trabalhar concretamente contra o epistemicídio. Reciprocidade e alteridade garantem o vínculo comunicacional e a abertura de espaços para diálogos marca o caráter profundamente humanizado da própria comunicação. O que à entrada pode ser lido como uma transgressão, a exemplo de pessoas negras e pobres nas universidades, pode transformar-se em um espaço fértil para a formação de novas comunidades de aprendizado. Tal qual pindobas brotando nas universidades brasileiras.

### Referências Bibliográficas

BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (org). Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, p.458-463, 1995.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil: Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e antiracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COLLINS, Patricia H. Black Feminist Epistemology: toward Truth. In: **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment**. Nueva York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, V. 43, n. 6. Stanford: Stanford Law Students, 1991.

DIAS, Luciene de Oliveira. Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, comunicação e educação. In: SOUZA, Rose Maria Vidal; MELO, José Marques de; MORAIS, Osvando J. de (Orgs.). **Teorias da comunicação: correntes de pensamento e metodologia de ensino**. São Paulo: Intercom, 2014.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Mulheres de Fibra**. Palmas: Eficaz, 2011.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. v. 1. p. 132-142.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Rosiana Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALEIRO, Eliane (org). **Racismo e antiracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com alteridade. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 41-49, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP, 2015.

\_\_\_\_\_. **O desejo de nação: masculinidade branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, B. S. A. **Construção multicultural da igualdade e de diferença**. Oficina do CES, 135, 1-63, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

